



Poder Judiciário
Justiça do Trabalho
Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região

Ação Trabalhista - Rito Ordinário **0001005-64.2025.5.21.0004**

Processo Judicial Eletrônico

Data da Autuação: 01/09/2025

Valor da causa: R\$ 187.114,84

Partes:

RECLAMANTE: MARCIO DA SILVA BEZERRA

ADVOGADO: ROBERTO FERNANDO DE AMORIM JUNIOR

RECLAMADO: ADS SEGURANCA PRIVADA LTDA(Em recuperação judicial)

RECLAMADO: JOSE LINO DA SILVA

RECLAMADO: JEANE ALVES DE OLIVEIRA

RECLAMADO: AKATASHI TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA

RECLAMADO: CACTUS - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA LTDA - ME

RECLAMADO: FIBER TECNOLOGIA E SEGURANCA LTDA

RECLAMADO: AKATHENA ASSESSORIA EMPRESARIAL S/A

RECLAMADO: CRESCER RECURSOS HUMANOS LTDA

RECLAMADO: JOSE LINO DA SILVA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

RECLAMADO: TREVIZZANO LOCACAO DE MAO DE OBRA LTDA.

RECLAMADO: BANCO DO BRASIL SA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO
2ª VARA DO TRABALHO DE NATAL
ATOrd 0001005-64.2025.5.21.0004
RECLAMANTE: MARCIO DA SILVA BEZERRA
RECLAMADO: ADS SEGURANCA PRIVADA LTDA(EM RECUPERAÇÃO
JUDICIAL) E OUTROS (10)

DESPACHO

1. O presente feito aguarda impulso inicial.
2. Observo a regularidade da classe processual eleita e a adequação dos assuntos cadastrados no momento da autuação do feito.
 2. A. Inserir sigilo nos documentos pessoais, em razão da LGPD.
3. Tendo em vista as peculiaridades da demanda, determino a **citação** da parte requerida, nos termos do art. 841 da CLT, para que compareça à **audiência presencial no dia 30/09/2025 às 08h30min, a ser realizada na sala de audiência da 2ª Vara do Trabalho de Natal** ,, sob as penas da Lei (art. 844, CLT), sendo referida audiência somente para tentativa de conciliação e, em caso negativo, apresentação de defesa, até a audiência, e documentos que entender necessários.
4. No prazo de **cinco dias**, a contar da citação, a(s) ré(s) pode(m) apresentar a manifestação de **oposição** de que trata o art. 3º, § 1º da Resolução CNJ nº 345/2020, que trata do **"Juízo 100% Digital"**, caso essa opção tenha sido marcada pela parte promovente, no momento da propositura da demanda.
5. Verifique a Secretaria se a(s) ré(s) possui(em) procuradores já cadastrados no PJe-JT, de modo a permitir a intimação pelo sistema ou pelo DeJT. Caso contrário, providencie a Secretaria a notificação/inicial por via postal ou por outro meio processualmente idôneo.
6. **Fica ressalvada, desde já, a possibilidade de as partes indicarem que as provas a serem produzidas são meramente documentais**, assim como de as partes requererem, a qualquer tempo, audiência de conciliação (art. 763, § 3º da CLT c/c art. 190, CPC), sem prejuízo da apresentação

de requerimento comum para homologação de conciliação, observadas as disposições legais, diretamente no Pje.

7. Dê-se ciência.

8. Cumpra-se.

sec/xx

NATAL/RN, 02 de setembro de 2025.

LUCIANO ATHAYDE CHAVES

Juiz do Trabalho Titular



Documento assinado eletronicamente por LUCIANO ATHAYDE CHAVES, em 02/09/2025, às 10:17:28 - aadccc1
<https://pje.trt21.jus.br/pjekz/validacao/25090210151540500000023254019?instancia=1>
Número do processo: 0001005-64.2025.5.21.0004
Número do documento: 25090210151540500000023254019